

Brasília, 06 de novembro de 2025

POSICIONAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO BIODIESEL — REPÚDIO À PROMOÇÃO DE DIESEL FÓSSIL, PELA PETROBRAS, NA COP30

A **Frente Parlamentar Mista do Biodiesel** vem a público manifestar sua profunda preocupação e indignação com a decisão de utilizar, como vitrine da transição energética na COP30, um combustível comprovadamente fóssil, segundo as especificações da **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, que é o **diesel coprocessado com óleo vegetal**. A própria patente, que é detida pela Petrobras, caracteriza o produto como diesel, pois a **presença mínima de conteúdo renovável não é suficiente para descaracterizar o produto como fóssil**.

O chamado “**diesel R**” ou **HBIO** é produzido a partir do petróleo, com adição de fração renovável por meio de coprocessamento. Diferentemente do biodiesel, esse produto **não é renovável por definição legal, não é rastreável, não tem especificação própria reconhecida como biocombustível pela ANP, e não foi abarcado pela Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.842/2024)**. Ainda assim, a estatal tem insistido em classificá-lo como tal para efeitos comerciais, podendo até ser caracterizado como um caso de “Greenwashing”, o que pode afetar a imagem do Brasil como protagonista de transição energética às vésperas da principal conferência climática do planeta.

Essa escolha desconsidera completamente os esforços e as propostas técnicas apresentadas pelo setor de biocombustíveis, que ofereceu soluções concretas para abastecimento da frota da COP30 com B25 (mistura com 25% de biodiesel) e o uso de B100 (100% biodiesel) nos geradores. **Todos os testes operacionais já demonstraram que a aplicação é viável, segura e ambientalmente muito mais vantajosa, além de socialmente comprometida com a agricultura familiar**, que responde por grande parte da matéria-prima do biodiesel nacional, envolvendo 300 mil agricultores familiares.



Mais grave ainda é a contradição que se impõe ao se adotar uma solução fóssil disfarçada de verde em um evento que deveria ser símbolo da descarbonização mundial. **A COP30 vai gerar pelo menos 300 toneladas de CO₂ apenas com o uso de geradores e climatização, número que pode chegar a 3.000 toneladas caso o diesel fóssil seja priorizado.** Tudo isso, enquanto desprestigia o combustível limpo, renovável, regulado e 100% nacional.

Diante disso, a Frente Parlamentar do Biodiesel reitera:

1. **O coprocessado da Petrobras não é biocombustível**, não cumpre os critérios legais, técnicos e ambientais exigidos para essa classificação.
2. Sua promoção na COP30 distorce o debate público, sabota os avanços e desconsidera as decisões do legislativo recentemente e **representa grave retrocesso institucional para a política de descarbonização do Brasil.**
3. A escolha pela exclusão do biodiesel na COP30 não é técnica, nem ambiental, é política e mercadológica, e **visa abrir caminho para a imposição de um produto que o Congresso Nacional já rejeitou como solução energética.**
4. O Brasil tem um setor de biodiesel pronto, com capacidade ociosa, escala, rastreabilidade, impacto socioeconômico positivo e alinhado com os compromissos de redução de emissões — e que **está sendo sistematicamente ignorado por decisões orientadas por interesses monopolistas.**
5. O combustível da Petrobras não é e nem pode ser caracterizado como biocombustível ou sustentável.

Não aceitaremos que a transição energética seja capturada por falsas soluções e narrativas comprometidas. É inaceitável que o Brasil mostre ao mundo um teatro verde enquanto esconde, nos bastidores, a persistência de uma orientação fóssil disfarçada.

A posição de patrocinadora da COP30 feita pela Petrobras não pode servir de moeda de troca para poluir e se beneficiar de propaganda de um produto que, como os demais fósseis, traz prejuízos à saúde pública e mais emissão de GEE.

Seguiremos lutando por uma política energética coerente, justa e realmente sustentável. O biodiesel é parte da solução e não será posto em segundo plano.